

Cadastro no Siga

Data: 26/10/22

Tipo:

Visto: *Dauza*

001

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

CAPA DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.900/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada por Dispensa de Licitação Em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, com base no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA: ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME

CNPJ: 10.282.915/0001-90

VALOR GLOBAL: R\$ 9.100,00 (NOVE MIL E CEM REAIS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93

LICITACAO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

RECEBIDO EM:
21/07/2022
Setor de Protocolo Pref. Mun. de
Formosa do Rio Preto -BA

002

Formosa do Rio Preto – BA, 11 de Julho de 2022.

OFÍCIO SMS Nº 2123/2022
Exmo. Sr. Prefeito Municipal
M.D. Manoel Afonso de Araújo
Nesta.

DL: 053/2022
PA: 1.900/2022
21/07

Senhor Prefeito,

Solicito de Vossa Excelência no sentido de autorizar a Comissão de Licitação juntamente com a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças a abertura do processo administrativo Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada para aquisição de peças na manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidade Básica de Saúde) e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência) neste Município. Junto a empresa: Arison Adriano do Nascimento Silva- ME, inscrita no CNPJ: 10.282.915/0001-90. Conforme planilhas orçamentárias em anexo.

Valor total R\$ 9100,00 (nove mil e cem reais)

Atenciosamente,


João Rocha Mascarenhas
Secretário de Municipal de Saúde
Port. Nº 506/2022

Autorizo:
Em ____ / ____ /2022.


Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal.



003

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto, 11 de Julho de 2022.

Exmo Sr.

Manoel Afonso de Araújo

Prefeito Municipal de Formosa do Rio Preto/BA.

Senhor Prefeito,

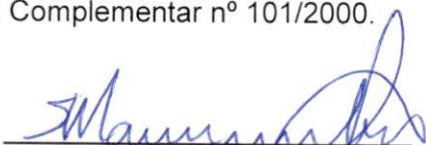
Com o propósito de **contratação de empresa especializa em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência)** com base no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formosa do Rio Preto- BA, solicitamos a Dispensa de licitação, para o objeto acima descrito, através da empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA-ME.** Inscrita no CNPJ sob nº **10.28291/0001-90.**

Justifica-se, a aquisição de peças que atendem as necessidades de trabalho de manutenção preventiva continuar e corretiva periódica para que possa estar sempre à disposição do interesse publico.

Quanto à empresa acima citada, informamos que esta dispõe de documentação e qualificação necessária para a excursão do serviço, além de ter ofertado os menores preços.

Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, declaramos que os recursos necessários para custear essas despesas têm adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, não implicando em desequilíbrios para os orçamentos subsequentes, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Atenciosamente,


João Rocha Mascarenhas
Secretário Municipal de Saúde



004

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O amparo legal encontra-se no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

2 – OBJETO

O objetivo deste Termo de Referência é estabelecer as condições para contratação de empresa especializada em aquisição de peças para manutenção corretiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades de Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência) de equipamentos do com base no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, com intuito de atender as necessidades precípuas da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto-BA, conforme as condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

3 – DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

Justifica-se a necessidade na aquisição de peças que atendem ao serviço do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago, UBS (Unidades Básicas de Saúde) necessita de manutenção preventiva contínua e corretiva periódica para que possa estar sempre à disposição do interesse público, em cordialidade com o Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Ainda, há que ressaltar que, a legislação permite a discricionariedade do administrador na escolha da dispensa ou não do certame licitatório, mas devendo sempre primar interesse público, mas em casos em que a realização do procedimento licitatório viria tão somente sacrificar o interesse público e a continuidade do serviço, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade contratação direta.

Por conseguinte, o município, não podendo interromper a prestação de serviços à população, sob pena de posteriormente ser penalizado, não restou outra alternativa senão fazer a presente Dispensa de Licitação.

4– DAS ESPECIFICAÇÕES

Serviços de manutenção preventiva e corretiva com calibragem nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência)
Valor total dos serviços. **R\$ 9.100,00**

5 – DAS OBRIGAÇÕES



005

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

5.1. DA PREFEITURA

a) pagar as despesas inerentes a execução do objeto deste Termo de Referência;

§ 1º. É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

5.2. DA EMPRESA

- a) Executar o serviço de acordo com a cotação apresentada;
- b) responder pelos erros na execução;
- c) receber o preço estipulado;
- d) assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste termo;

6 – SANÇÕES

6.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a empresa ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração a inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 2% (dois por cento) ao dia de atraso até o 5º (quinto) dia após a data fixada para entrega dos materiais, a partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia multa de 4% (quatro por cento) calculada sobre o valor do pedido em atraso;
- c) A partir do 11º (décimo primeiro dia) será caracterizado inexecução total da obrigação, podendo o Município de Formosa do Rio Preto rescindir o Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

7. FORMA DE PAGAMENTO/REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Os serviços deve ser executado conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo as normas estabelecidas no termo de referência.

7.2. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, após a apresentação da Nota Fiscal.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA: 2061- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.034 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (15%)

3.3.90.30.00.1520- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

8.1 - As despesas deste processo correrão por conta da dotação orçamentária vigente, a qual será apontada pelo setor de competente da Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto - BA.



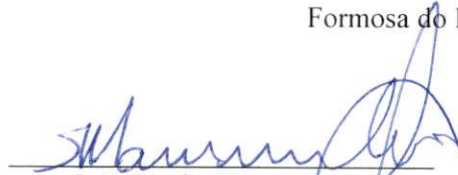
006

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

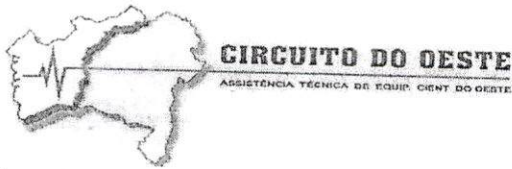
9. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização do contrato será exercida por fiscal de contrato designado Pelo Prefeito Municipal.

Formosa do Rio Preto/BA, 11 de Julho de 2022



João Rocha Mascarenhas
Secretário Municipal de Saúde



007

Barreiras, 20 de junho de 2022

Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto-BA

Setor: Secretaria municipal de Saúde

Unidade: Hospital Municipal

Proposta reposição de peças

Peças de reposição de Raio x

2- Cabo eletródio Alta voltagem Raex. R\$ 1.770,00 x 2= 3.540,00

1- Placa Pci 220 v x 24v x12v. Raex R\$ 1.000,00

Peças de reposição Bisturi eletrônico

2-Placa DCDC Email. R\$ 730.00 x 2=1.460,00

2- Placa PCI fonte alimentação EMAI 1.550,00 X 2= 3.100,00

-Valor Total: R\$ 9.100,00

Condição pagamento: À vista

Dados bancários: Caixa Econômica: AG: 783 OP: 003 C/C: 4346 - 2.

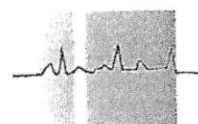
Prazo de entrega: 15 dias após confirmação do pagamento.

Validade da Proposta: 30 Dias


Arison Adriano do N. Silva
Técnico Responsável

10.282.915/0001-90
ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME
RUA JERUSALEM, Nº 338 - NOVO HORIZONTE
BARREIRAS-BA - CEP: 47.808-460

008



CIMEDIC

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO-BA

Comércio Serviços e Representações

SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SALVADOR, 20 DE JUNHO 2022

ORÇAMENTO DE PEÇAS

DI-BISTURI ELETRONICO MARCA EMAI

-PLACA DG. R\$ 800,00 X 2 R\$ 1.600,00

-PLACA PCI ALIMENTAÇÃO. R\$ 1.600,00 X 2 R\$ 3.200,00

DI-RAIO X FIXO RAEX

-CABOS ELETRODIO DE ALTA VOLTAGEM. R\$ 1.800,00 X 2 R\$ 3.600,00

-PLACA PCI 220 V X 24 X 12 V. R\$ 1.200,00

TOTAL : R\$ 9.600,00

CONDILÇÃO DE PAGAMENTO: A VISTA

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS

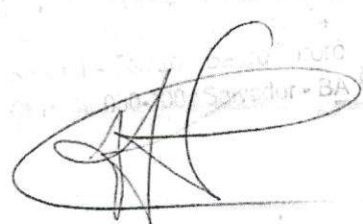
16.347.759/0001-85

CIMEDIC - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
HOSPITALAR LTDA.

Av. Luiz Viana Filho, n° 2489
Stok Center, Sala 101-A, CEP: 41.720-200
Salvador - BA

CIMEDIC – Manutenção de Equipamentos Hospitalar Ltda.
Avenida: Luiz Viana Filho, 2489 Sala. 101 AEdf. Stok Center
B. Imbuí Cep. 41.720-200 Salvador-Ba. Fone/Fax: (71) 3362-3424.
E-mail cimedic1@yahoo.com.br CNPJ 16.347.759/ 0001-85 I.E. 26.872.762ME

Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto-BA
AT: Secretaria Municipal de Saude
Unidade: Samu/Hosp. Municipal

09073 09210094-41
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
SALVADOR - BA


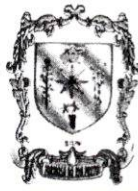
ORÇAMENTO PEÇAS

1-Aparelho de Raio x marca Raex center
Cabos de Alta Tensão. R\$ 1.870,00 x 2 R\$ 3.740,00
Placa Tenções 12x24x220v. R4 1.280,00
1-Aparelho de Bisturi eletrônico
Placa DG controle. R\$ 790,00 x 2 R\$ 1.580,00
Placa Fonte alimentação. R\$ 1.590,00 x 2 R\$ 3.180,00
Total: R\$ 9780,00

CONDILÇÃO DE PAGAMENTO: A VISTA
VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS

Salvador- Ba 20 junho de 2022

“Tudo posso nAquele que me fortalece.”



030

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto, 21 de julho de 2022.

Ao

Ilmo. Sr. Manoel Marques da Silva Filho
M.D Presidente da Comissão de Licitações.

Senhor Presidente,

A Secretaria Municipal de Saúde solicitou a autorização para Dispensa de Licitação, em favor da empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.282.915/0001-90, estabelecida na Rua Jerusalém, 338 casa Novo Horizonte – Barreiras – Bahia, para Contratação de empresa especializada em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, no valor de **R\$ 9.100,00(nove mil e cem reais)**, com base no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

Considerando a motivação externada pela Secretaria, impende deixar evidente que aceitamos os motivos e a motivação e justificativa exteriorizada (existe motivo e a motivação consignada mostra-se coerente, verossímil e explícita), de maneira que existe interesse público. Assim, aprovo e **AUTORIZO** o objeto solicitado, determinando a abertura do PROCESSO competente.

O Termo de Referência está aprovado, pois atende ao Art. 26, da Lei federal nº 8.666/93, elaborado com amparo em estudos preliminares. Esse Termo possibilita a perfeita avaliação dos custos e a definição dos prazos. As especificações do serviço foram detalhadas no Termo de Referência.

Declaro que atende a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 15, 16 e 17) – a saber, indicação da fonte de custeio para arcar com o dispêndio, adequação da despesa com a Lei Orçamentária anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Determino a indicação orçamentária pela Setor Contábil e análise Jurídica pela Procuradoria Municipal.

Cumpra-se.



Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal



011

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto, 21 de julho de 2022.

Ilmo Sr.

M.D. Presidente da Comissão.

Manoel Marques da Silva Filho

ASSUNTO: Dotação Orçamentária.

Senhor Presidente,

Em atenção à determinação do Exmo. Sr. Prefeito referente à indicação Orçamentária para Dispensa de Licitação, em favor da empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.282.915/0001-90, estabelecida na Rua Jerusalém, 338 casa Novo Horizonte, Barreiras – Bahia, para contratação de empresa especializada em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, no valor de **R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)**, informo abaixo os seguintes recursos Orçamentários para atenderem as despesas:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para prestação de serviço do objeto licitado correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- . UNIDADE: 0206001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- . ATIVIDADE: 10.301.013.2.034 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – REC. PRÓPRIOS (15%);
- . ELEMENTO DE DESPESA: 10.301.013.2.041 - GESTÃO DAS UNIDADES BÁSICA AÇÕES UNIDADES DE SAÚDE – UBS;
- . ELEMENTO DE DESPESA: 10.302.013.2.042 – GESTÃO DAS AÇÕES DO HOSPITAL MUN. DR. ALTINO. LEMOS SANTIAGO;
- . ELEMENTO DE DESPESA: 10.302.013.2.043 – GESTÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO. MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192;
- . ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30.00 – 1520 – MATERIAL DE CONSUMO.

Atenciosamente,

Adailton Oliveira Souza

Técnico Contábil
CRC/BA 027892/O-3



012

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.900/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2022

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA DO SETOR DE LICITAÇÃO

O Presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no Caput e parágrafo único, I, II, III, do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, como antecedente necessário à contratação com dispensa ou inexigibilidade, conforme cada caso concreto assim exigir.

I – OBJETO: Contratação de empresa especializada por Dispensa de Licitação, em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, com base no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

II – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando a solicitação de dispensa de licitação do objeto acima descrito, com base no art. 24, inciso II, da lei federal 8.666/93, manifestada por seu Secretário;

Considerando que o valor global de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), está compatível com os preços de mercado;

Opina pela escolha da empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 10.282.915/0001-90, para execução do objeto desse termo de Dispensa de Licitação.

III - FUNDAMENTAÇÃO:

Fundamenta-se esta Dispensa de Licitação, com base na Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso II:

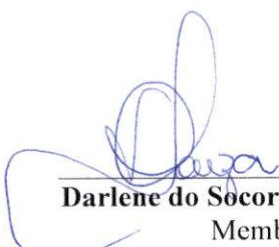
“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - Para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”

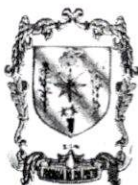
Formosa do Rio Preto, 21 de julho de 2022.

Comissão de Licitação


Darlene do Socorro R. de Souza
Membro


Manoel Marques da Silva Filho
Presidente da Comissão de Licitação


Naiara Rocha de Oliveira Silva
Membro



013

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ N° 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto – Bahia, 21 de julho de 2022.

A

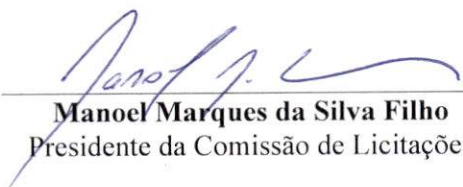
Ilma. Sra. Malena de Souza Gomes Moreira
M.D. Assessoria Jurídica

Prezada Assessora,

Atendendo a determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, estamos encaminhando o processo de Dispensa de Licitação, em favor da empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.282.915/0001-90, com sede na Rua Jerusalém, 338 casas, Novo Horizonte – Barreiras – Bahia, para contratação de empresa especializada em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, no valor de **RS 9.100,00 (nove mil e cem reais)**, com base no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93. Solicito que essa Procuradoria emita um parecer opinativo quanto a contratação.

Todo o processo deve atender ao que estabelece a Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes.

Atenciosamente,


Manoel Marques da Silva Filho
Presidente da Comissão de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

034

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.900/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 053/2022

PARECER JURÍDICO

Ementa: Direito administrativo. Objetivando a contratação de empresa especializada por Dispensa de Licitação em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, com base no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93. Possibilidade.

DOS FATOS

Trata-se de solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, objetivando a análise acerca da possibilidade de contratação de empresa especializada por Dispensa de Licitação em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, com base no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93..

DA ANÁLISE

Do que se extrai da análise acurada da situação fática é que o objetivo da solicitação de parecer é aferir a possibilidade de dispensa de licitação. Assim, para exame da espécie, procedemos à interpretação da legislação aplicável ao caso, analisando os autos do processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

015

administrativo, nos termos que se seguem.

Destaco que a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. Neste passo, a função desta Assessoria Jurídica é apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada. Saliento que o exame dos autos se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, os de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Portanto o Parecer Jurídico possui caráter meramente opinativo, sendo restrito aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Como cedição, o processo licitatório é regido pela Lei Federal nº 8.666/93, denominada Lei de Licitações e Contratos. Trata-se de um procedimento administrativo utilizado pela Administração Pública, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa, por meio de critérios objetivos e impessoais, visando a celebração de contratos relacionados a obras, serviços, compras e alienações, mediante processo que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, cujo processamento e julgamento deve se realizar em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, conforme disciplina o art. 3º da respectiva lei.

Note que, o Processo de Licitação se reveste do princípio da obrigatoriedade, consagrado, de início, no art. 37, XXI, da Constituição Federal e reproduzido no art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo qual deve considerar-se obrigatória a realização do certame em quaisquer situações,



016

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

ressalvados apenas os casos mencionados na lei. Vejamos, respectivamente:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...];

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifei) Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Acerca da obrigatoriedade e respectivas ressalvas leciona José dos Santos Carvalho Filho:

O princípio da obrigatoriedade da licitação impõe que todos os destinatários do Estatuto façam realizar o procedimento antes de contratarem obras e serviços. Mas a lei não poderia deixar de ressaltar algumas hipóteses que, pela sua particularidade, não se compatibilizam com o rito e a demora do processo licitatório. A ressalva à obrigatoriedade, diga-se de passagem, já é admitida na própria Constituição, a teor do que estabelece o art. 37, XXI. Regulamentando o dispositivo, coube ao legislador a incumbência de delinear tais hipóteses específicas, o que fez no art. 24 do Estatuto.



017

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Como se nota, em que pese a regra de se exigir da Administração o cumprimento do dever de licitar, há situações que autorizam a formalização de contratações diretas, seja por ausência de competição ou pela morosidade no atendimento do interesse público.

Nesse sentido são as lições de Rafael Carvalho:

Em determinadas hipóteses a licitação será considerada inviável por ausência de competição ou será inconveniente (ou inoportuna) para o atendimento do interesse público. Nessas situações, a legislação admite a contratação direta devidamente motivada e independentemente de licitação prévia.

Segundo Hely Lopes Meirelles, “a lei diversificou os casos em que a Administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível”.

Note que, as hipóteses de dispensa de licitação representam exceções à regra constitucional da licitação, o que autoriza o administrador a dispensar, por razões de conveniência e oportunidade e proceder à contratação direta.⁵ Em razão dessa excepcionalidade as hipóteses de dispensa de licitação possuem rol taxativo. É como prescreve Carvalho Filho:

Há, porém, dois aspectos preliminares que merecem ser considerados. O primeiro diz respeito à excepcionalidade, no sentido de que as hipóteses previstas no art. 24 traduzem situações que fogem à regra geral, e só por essa razão se abriu a fenda no princípio da obrigatoriedade.

O outro diz respeito à taxatividade das hipóteses. Daí a justa advertência de que os casos enumerados pelo legislador são taxativos, não podendo, via de consequência, ser ampliados pelo administrador. Os casos legais, portanto, são os únicos cuja dispensa de licitação o legislador considerou mais conveniente ao interesse público.

No caso em apreço, busca-se pela contratação direta da empresa, **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**, por meio de **Dispensa de Licitação** a contratação de empresa especializada por **Dispensa de Licitação** em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, com base no Art. 24,



018

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

inciso II, da Lei Federal 8.666/93, considerando as informações e documentos encartados aos autos, verifica-se que o respectivo pedido de dispensa de licitação se enquadra nas disposições constantes do **art. 24, II, da Lei nº 8.666/93**, que assim prescreve:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...];

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
[...].

De acordo com o art. 24, I, da Lei de Licitação, por se tratar de compra direta, o limite para a dispensa de licitação é de até **10% do valor previsto no art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93, referente ao valor relativo à modalidade convite para obras e serviços de engenharia, que estipula a quantia de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), conforme nova redação dada por força do Decreto nº 9.412, de 18 de Junho de 2018, resultando em R\$17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).**

No caso em tela, o valor da prestação é de **R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)**, ficando, portanto, bem abaixo dos R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais) permitido pela lei.

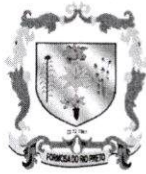
Ainda se ressalta que este tipo de ato, apesar de discricionário, devido à sua importância e necessidade extrema de idoneidade, **se submete ao crivo de fundamentada justificativa.**

Nesse sentido é o que estabelece o parágrafo único, do artigo 26, da Lei 8.666/93, senão vejamos:

[...] Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;



019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Neste particular, destaco a presença do **Termo de Referência** subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, de Formosa do Rio Preto, com justificativa inclusa no “item 3”.

Assim, resta comprovada a necessidade de aquisição, tendo em vista a demanda dos produtos solicitados.

Em relação à justificativa do preço, ressalta-se que, a contratação direta só será possível se o preço ofertado for compatível com as condições regulares de mercado. É como se expressa Marçal Justen Filho, para o qual “a Administração deverá buscar a maior qualidade e o menor desembolso possíveis, segundo a natureza do interesse a ser satisfeito. Entre propostas de qualidade equivalente, deverá escolher-se a de menor preço”.

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

Nesse sentido é o que tem assentado o Tribunal de Contas da União:

“[...] Quanto ao preço, é certo que, mesmo nos casos de contratações diretas, deve ser justificado, a teor do art. 26, III, da Lei 8.666/93. Ressalte-se que este Tribunal tem entendido que a apresentação de cotações junto ao mercado é a forma preferencial de se justificar o preço em contratações sem licitação (dispensa de licitação), devendo ser cotadas, no mínimo, 3 propostas válidas de empresas do ramo; ou, caso não seja viável obter esse número de cotações, deve-se apresentar justificativa circunstanciada (Informativo TCU 188/2014). E, nos casos de inviabilidade de licitação, este Plenário se manifestou, conforme subitem 9.1.3 do Acórdão 819/2005, no sentido de que, para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor exclusivo junto a outras

C



020

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

instituições públicas ou privadas. [...]” (grifei) (ACÓRDÃO 1565/2015 – ATA 24/2015 – PLENÁRIO 24/06/2015).

Compulsando os autos, verifica-se a presença de 03 (três) orçamentos, sendo que a empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO DA SILVA - ME**, **apresentou a menor cotação para os serviços que se deseja contratar.**

No que concerne aos critérios de habilitação/regularidade, infere-se que, nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de: Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Conforme disciplina os arts. 27 a 31, da Lei 8.666/93, a regularidade é medida que se impõe ao licitante, a fim de que se comprove sua situação regular, inclusive com o fisco, condição sine qua non para que o mesmo seja habilitado no certame, possibilitando assim, contratar com a Administração Pública.

Analisando os autos, verifica-se que os requisitos de regularidade foram atendidos.

De acordo com a Lei de Licitações, após a cotação, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação



021

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

econômicofinanceira, regularidade fiscal, bem como atendimento ao termo de referência, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

DA CONCLUSÃO

Postas as orientações e apontamentos alhures, e por tudo mais que dos autos consta, resguardado o poder discricionário do gestor quanto à oportunidade e conveniência do ato administrativo, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela possibilidade jurídica de adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Ressalta-se que não foram analisados os aspectos técnicos orçamentários e financeiros, a conveniência/oportunidade no presente, bem como as especificidades técnicas do objeto, por não serem de competência desta Assessoria Jurídica.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

À autoridade superior para apreciação.

Formosa do Rio Preto BA, 21 de julho de 2022.

Malena de Souza Gomes Moreira

OAB/BA nº 27.547

Assessora Jurídica



022

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ Nº 13.654.454/0001-28

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.900/2022

Dispensa de Licitação Nº 053/2022. Processo Administrativo nº 1.900/2022, em favor da empresa **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.282.915/0001-90, estabelecida na Rua Jerusalém, 338 casa, Novo Horizonte – Barreiras – Bahia, para contratação de empresa especializada por Dispensa de Licitação em aquisição de peças para manutenção corretiva e preventiva com calibragem e ajuste nos equipamentos de uso médico hospitalar nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para suprir as necessidades do Hospital Municipal Dr. Altino Lemos Santiago e SAMU (Serviços de Atendimento Móvel de Urgência), com intuito de atender as finalidades da Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Rio Preto, no valor de **R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)**. **Fundamentação:** Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **AUTORIZO** a presente **RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Formosa do Rio Preto, 21 de julho de 2022



Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal.

023



Prefeitura Municipal de Barreiras
Av Barão do Rio Branco, 149 Centro Empresarial
Vila Rica - BARREIRAS - BA CEP: 47813-010
CNPJ: 13.654.405/0001-95

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Número: 001231/2022

Nome/Razão Social: **ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA - ME**
Nome Fantasia: **CIRCUITO DO OESTE**
Inscrição Municipal: **8020** CPF/CNPJ: **10.282.915/0001-90**
Endereço: **RUA JERUSALEM, 338 CASA**
NOVO HORIZONTE - BARREIRAS - BA 47802396

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO SOMENTE DÉBITOS PARCELADOS, RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

Observação:

Esta certidão foi emitida em 06/07/2022.

Certidão válida até: **05/08/2022**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **924000452541**



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:

<https://barreiras.saatri.com.br>, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA
CNPJ: 10.282.915/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:02:11 do dia 18/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/12/2022.

Código de controle da certidão: 5EEA.CE32.A541.D730

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

024

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRE

Inscrição: 10.282.915/0001-90

Razão Social: ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA ME

Endereço: R JERUSALEM LOT BANDEIRANTE 338 QD 04 LOT 10 / PQ NOVO
HORIZONTE / BARREIRAS / BA / 47802-396

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe conferiu o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/06/2022 a 23/07/2022

Certificação Número: 2022062400592603368787

Informação obtida em 06/07/2022 10:17:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.282.915/0001-90
Certidão n°: 21192724/2022
Expedição: 06/07/2022, às 10:21:18
Validade: 02/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 10.282.915/0001-90, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

027
Emissão: 06/07/2022 10:14

SECRETARIA DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20223117717

RAZÃO SOCIAL	
ARISON ADRIANO DO NASCIMENTO SILVA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
078.075.584	10.282.915/0001-90

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 06/07/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.